SINDICAL

Boletim 13/2014

site: www.sindical.org.br - email: sindical@sindical.org.br

Ano XXI – 22/05/2014 | Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do DF

Sindical pede retomada imediata das negociações

No último encontro entre a direção do Sindical e o presidente Wasny de Roure para tratar da proposta de alteração do PCCR, o dirigente da CLDF colocou como condição para retomar as negociações a conclusão dos estudos do Comitê de Modernização da Carreira Legislativa (MCL) que já estuda o assunto há dois anos.

No início dessa semana, o MCL concluiu e entregou o trabalho que já está com a Primeira Secretaria e, acreditamos, como o presidente da Casa.

Diante disso, a diretoria do Sindical já solicitou novo encontro com o presidente no sentido de retomar as negociações, visando a aprovação da proposta ainda esse semestre, conforme deliberado pela última assembleia da categoria. Por esse motivo, e cumprindo o calendário de lutas estabelecido, o ato do próximo dia 27/5 ganha grande importância.

É necessário que os servidores entendam a necessidade de uma grande mobilização nesse dia em função do calendário apertado que temos para atingir os nossos objetivos.

Temos um mês para construir um processo de negociação que exigirá um grande esforço de todos os servidores.

Foto: Ana Paula Alves

Sindical já solicitou nova audiência com o presidente Wasny.

Fascal preservado (por enquanto)

No ano passado o GDF apresentou um Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PELO) de nº 57 que adequa a Lei Orgânica do DF à Constituição.

O projeto, aparentemente inofensivo, contem um dispositivo que permite ao GDF "repatriar", ao final de cada ano, os recursos "excedentes" de vários fundos do Distrito Federal, inclusive do FASCAL, que poderia vir a sofrer instabilidade financeira.

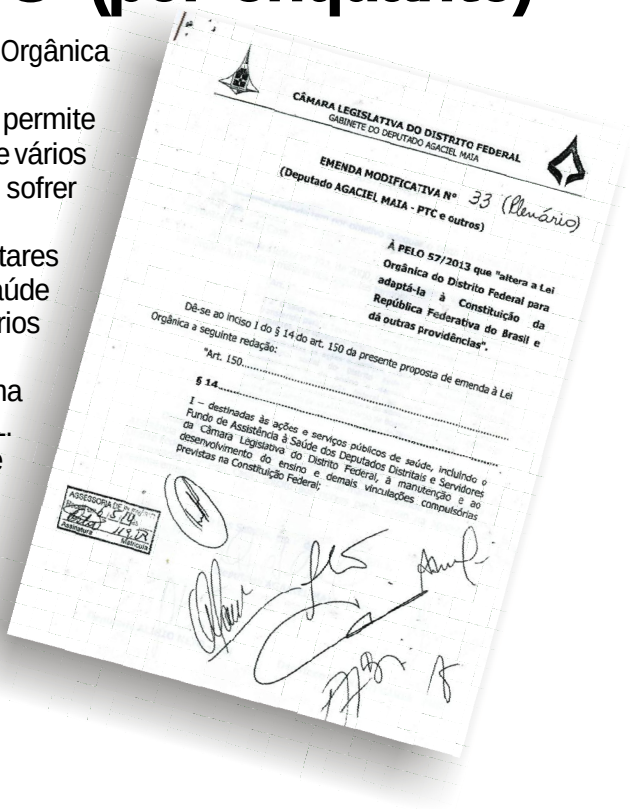
No último dia 29/4, a direção do Sindical procurou os parlamentares para alertar sobre os riscos que isso representava para o fundo de saúde dos servidores e dos próprios parlamentares e obteve apoio de vários deles.

Finalmente, no dia 6/5, o deputado Agaciel Maia protocolou uma alteração à proposta do governo que trata exclusivamente do FASCAL.

A emenda contou com as assinaturas das deputadas Arlete Sampaio e Celina Leão e dos deputados Claudio Abrantes, Olair Francisco, Paulo Roriz, Robério Negreiros e Wellington Luiz e foi votada sem problemas em primeiro turno no dia 22/5.

Como se trata de uma Emenda à Lei Orgânica, existe necessidade de um interstício de 10 dias até o segundo turno.

Apesar da vitória parcial, a diretoria do Sindical continuará monitorando o projeto e, caso necessário, chamará os servidores para se mobilizarem em defesa do FASCAL.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 33 (Plenário)
(Deputado AGACIEL MAIA - PTC e outros)

À PELO 57/2013 que "altera a Lei Orgânica do Distrito Federal para adaptá-la à Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências".

Dê-se ao inciso I do § 14 do art. 150 da presente proposta de emenda à Lei Orgânica a seguinte redação:

"Art. 150.....

§ 14.....

I – destinadas às ações e serviços públicos de saúde, incluindo o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino e demais vinculações compulsórias previstas na Constituição Federal;

Sindical na luta contra a contribuição dos aposentados

No próximo dia 29/5, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, ocorrerá um grande ato em defesa da PEC nº 555 que propõe o fim da contribuição previdenciária dos aposentados.

A luta dos servidores se iniciou com a aprovação da Emenda Constitucional nº 41 de 2003 que instituiu a bitributação aos servidores inativos e rompeu o princípio da solidariedade entre as gerações (veja "Um breve histórico da EC º 41").

Sindical mobiliza servidores em defesa da PEC 555.

A direção do Sindical entende que se trata de uma questão de justiça com todos os servidores públicos brasileiros, o que inclui os servidores da CLDF e do TCDF, já que é crescente o nosso quadro de aposentados.

Como preparação para o ato nacional, o Sindical realizará dois encontros de aposentados sendo o primeiro na CLDF, no próximo dia 23, a partir das 9h, e o segundo no TCDF, no próximo dia 28, a partir das 15h.

Os dois eventos terão a presença do presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas do Brasil (MOSAP), Edson Haubert.

No dia 29/5, dia do ato nacional, o sindicato irá disponibilizar ônibus para o trajeto entre a CLDF e o TCDF para o Congresso Nacional , a partir das 8h30, com retorno aos respectivos órgãos às 11h30.

Um breve histórico da EC nº 41

Em 2003 o governo Lula enviou ao Congresso Nacional um Projeto de Emenda Constitucional que propunha a instituição da cobrança previdenciária para os servidores aposentados.

Naquele ano, o clamor público e a grande mobilização das entidades dos servidores não impediu que o Congresso Nacional aprovasse a Emenda Constitucional nº 41.

Ainda em 2003, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF) a ADI nº 3.105 contra a alteração constitucional. O julgamento do Supremo ocorreu em 18 de agosto 2004 e é considerado, por muitos juristas, um dos maiores exemplos da ingerência política do governo sobre a Suprema Corte brasileira.

Na decisão, os ministros ignoraram os princípios constitucionais da solidariedade entre as gerações - o princípio geral do modelo de previdência - e da contrapartida - de que o aumento da contribuição só poderia se dar em função de algum aumento de benefício, um princípio tributário - e votaram com o argumento (falso), apresentado pelo governo, sobre o déficit previdenciário.

Durante o julgamento, ministros, que já tinham expressado suas opiniões contrárias à cobrança, mudaram repentinamente seus pontos de vista e a emenda foi declarada constitucional.

Mas a mobilização dos servidores conseguiu eco no congresso, com a PEC 555, que elimina gradualmente a contribuição dos aposentados e que, agora, exige a mobilização dos servidores para ser aprovada.

O Sindical está na luta desde 2006

Em 2006 o Sindical já estava na luta contra a PEC nº 41. Logo que assumiu a diretoria da gestão "Resgate SINDICAL", para atender a demanda dos aposentados constituímos o Núcleo dos Aposentados e organizamos o Ato Nacional de Lançamento da campanha pela anulação da reforma da previdência.